

Acessórios de segurança veicular tornam custos de reparos mais caros



Os veículos novos deverão contar com sistema de frenagem automática de emergência a partir de 1º de janeiro de 2029 no Brasil. Trata-se de uma boa notícia para os seguros de acidentes pessoais, mas nem tanto para as apólices de automóvel. Essa resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) faz parte do processo de ampliação dos equipamentos obrigatórios de segurança veicular no país.

Chamado de AEBS (Sistema Autônomo de Frenagem de Emergência), o recurso combina câmeras, radares e sensores para acompanhar, em tempo real, as condições do tráfego à frente do veículo. Ao detectar uma possibilidade iminente de colisão sem que o motorista reaja a tempo, a tecnologia aciona automaticamente os freios, com o objetivo de evitar o acidente ou diminuir a severidade do impacto.

Desde o começo de 2026, os novos projetos de veículos já vêm sendo desenvolvidos com esse equipamento. A partir de 2029, porém, a obrigatoriedade passará a valer para todos os modelos novos comercializados no Brasil, inclusive aqueles produzidos sobre plataformas mais antigas. Para continuar vendendo esses veículos, as montadoras precisarão adaptar seus produtos às novas exigências.

Esse novo recurso integra o conjunto de tecnologias conhecido como ADAS (Sistemas Avançados de Assistência ao Motorista), criado para ajudar na prevenção de acidentes. Além da frenagem automática de emergência, esse pacote pode incluir sistemas como assistente de permanência em faixa, alerta de colisão frontal e monitoramento de obstáculos.

Nos países cujos equipamentos de segurança já estão introduzidos, as seguradoras reconhecem que já houve redução no número de acidentes de trânsito, contribuindo para a baixa de mortes e lesões de motoristas e passageiros.

Dados da Associação de Seguradoras Britânicas (ABI na sigla em inglês de *Association of British Insurers*) demonstram a evolução de custos de reparo dos carros segurados no Reino Unido. Dos

2,9 bilhões de libras esterlinas pagos pelas seguradoras em indenizações no primeiro trimestre deste ano, £1,9 bilhão foram destinados a reparos de veículos, um aumento de 3% em relação ao quarto trimestre de 2025.

O valor médio de uma indenização por danos acidentais subiu para £3.699, um aumento de 8% em relação ao trimestre anterior, devido ao aumento dos preços das peças e à crescente complexidade dos veículos, que elevam os custos de reparo. *“É animador ver que os prêmios de seguro automóvel permaneceram estáveis ??nos primeiros três meses deste ano, o que demonstra os esforços do setor para reduzir os custos. No entanto, os custos elevados e persistentes de reparos continuam sendo uma preocupação”, afirma Chris Bose, Diretor de GI e Assuntos Internacionais da ABI, acrescentando que o prêmio médio permaneceu estável em 560 libras, uma libra a mais no comparativo entre o quarto trimestre de 2025 e o primeiro de 2026.*

Compromisso global da ONU aprimora segurança dos carros

O acréscimo de itens de segurança a bordo dos veículos é bem-vindo e faz parte do compromisso dos países de reduzir em 50% as mortes e lesões no trânsito até 2030, conforme prescreve a Segunda Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2021-2030), estabelecida pela Assembleia Geral da ONU.

Esta iniciativa exige que os países implementem o **Plano Global para a Década de Ação** da OMS, priorizando carros e vias mais seguras e mobilidade ativa.

Em seguidas alertas, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e ONU cobram esforços redobrados do mundo para conter uma crise silenciosa que mata quase 1,2 milhão de pessoas por ano — mais de duas por minuto e a principal causa de morte entre jovens de 5 a 29 anos.

Dois momentos recentes retratam essa preocupação global. Em fevereiro de 2025, durante a Quarta Conferência Ministerial Global sobre Segurança Rodoviária, realizada em Marrakech, líderes de cerca de 50 países assumiram compromissos concretos para reduzir mortes no trânsito. Já em maio de 2026, especialistas, governos e representantes da sociedade civil se reuniram na ONU, em Nova York, para avaliar avanços e cobrar ações mais efetivas rumo à meta global de reduzir pela metade as mortes e lesões no trânsito até 2030.

Da promessa à implementação

Na conferência de Marrakech, ministros de 100 países endossaram a Declaração de Marrakech, que estabelece a segurança viária como prioridade política, com necessidade de financiamento contínuo, integração entre setores e planejamento de infraestrutura mais seguro.

“Uma pandemia silenciosa”

Durante o encontro preparatório para a Reunião de Alto Nível da ONU, prevista para julho de 2026, a presidente da Assembleia Geral, Annalena Baerbock, classificou o problema como uma “pandemia silenciosa” com impactos amplos na saúde pública, tendo em vista o número de mortos e feridos; na economia, em virtude dos custos sociais e financeiros; e na Sustentabilidade, pela relação com mobilidade urbana e clima.

Segundo ela, soluções duradouras exigem integração entre setores e participação ampla da sociedade. Apesar de avanços e compromissos, especialistas apontam que o principal obstáculo não é a falta de conhecimento, mas sim a implementação.

“Não temos uma lacuna de conhecimento, temos uma lacuna de implementação”, resumiu Lotte Brondum, da Aliança Global de ONGs para a Segurança Rodoviária.

O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, reforçou a necessidade de mudança de abordagem: é preciso construir sistemas rodoviários centrados nas pessoas, com infraestrutura

segura, melhor gestão de velocidade, dados confiáveis e financiamento consistente.

Enfim, a agenda global de segurança rodoviária avança com compromissos mais ambiciosos, mas enfrenta o desafio de sair do papel. Em jogo estão não apenas metas internacionais, mas a proteção de vidas em todos os países. A avaliação é clara: o mundo já sabe o que precisa ser feito. O que falta é escala, velocidade e prioridade política para implementar soluções capazes de salvar milhões de vidas até 2030.

Da ambição à implementação: setor financeiro busca acelerar a transição climática



Após ação conjunta na Casa do Seguro, durante a COP30, UNEP FI, ANBIMA, CNseg e Febraban reforçam que a mobilização de capital privado será decisiva para transformar compromissos climáticos em projetos financiáveis

Transformar compromissos climáticos em projetos capazes de atrair investimentos privados foi o principal objetivo do COP30 to COP31 Leadership Dialogues: Scaling Finance and Insurance for Global Impact, realizado em Londres pela UNEP FI, em parceria com a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

O encontro marcou o início da transição entre a COP30, realizada sob presidência do Brasil, e a COP31, que ocorrerá em Antália, na Turquia. Ao longo de cinco painéis, representantes de governos, bancos multilaterais, seguradoras, investidores e organismos internacionais discutiram mecanismos para ampliar o financiamento climático e reduzir os riscos que ainda dificultam a participação do capital privado.

A principal conclusão foi consensual: recursos financeiros existem, mas é necessário estruturar projetos, desenvolver instrumentos de mitigação de riscos e criar ambientes regulatórios capazes de oferecer previsibilidade aos investidores.

Transformar metas em investimentos

O primeiro painel reuniu representantes da Global Financial Alliance for Net Zero (GFANZ), Principles for Responsible Investment (PRI), IDB Invest, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Garanti BBVA. Na abertura, o diretor-gerente e chefe global de Estratégia e Redes da GFANZ, Alex Michie, afirmou que a agenda climática entra em uma nova fase, voltada à implementação. Segundo ele, o desafio deixou de ser a definição de compromissos e passou a ser a estruturação de mecanismos capazes de direcionar o capital privado para projetos de transição.

Os participantes defenderam a ampliação do financiamento climático para países em desenvolvimento até US\$ 1,3 trilhão por ano e destacaram que previsibilidade regulatória, segurança jurídica e padronização de informações são fatores essenciais para atrair investidores institucionais.

Representando o PRI, Tamsin Ballard ressaltou que ainda existe uma percepção de risco superior ao risco real em mercados emergentes, principalmente pela ausência de dados padronizados sobre desempenho e retorno dos projetos.

Já Hilen Meirovich, do IDB Invest, apresentou a estratégia da instituição para estruturar projetos localmente e atrair investidores internacionais, além do trabalho conjunto entre bancos multilaterais para padronizar critérios técnicos e reduzir custos de transação.

Plataforma Brasileira atrai atenção internacional

A experiência brasileira foi apresentada pelo chefe do Departamento de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança do Clima do BNDES, Leonardo Pereira.

Segundo ele, a Plataforma Brasileira de Investimentos (BIP), coordenada pelo Ministério da Fazenda, já reúne aproximadamente US\$ 20 bilhões em projetos, dos quais cerca de US\$ 4 bilhões foram contratados.

O executivo destacou ainda uma operação sindicalizada de aproximadamente US\$ 1 bilhão destinada à produção de combustível sustentável para aviação (SAF) e um mecanismo de garantias desenvolvido em parceria com a Febraban que permitiu destravar aproximadamente US\$ 5 bilhões em financiamentos para pequenas e médias empresas atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

Para Pereira, a expansão do blended finance é fundamental para distribuir riscos entre investidores públicos e privados e ampliar a participação de investidores institucionais.

Ao encerrar o painel, Alex Michie apresentou estudo desenvolvido pela GFANZ em parceria com a British International Investment (BII) e o Boston Consulting Group (BCG) sobre novos modelos de blended finance para projetos climáticos.

Biodiversidade passa a integrar a agenda financeira

Na palestra principal da primeira etapa do encontro, a secretária-executiva da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), Astrid Schomaker, afirmou que não será possível limitar o aquecimento global sem interromper a perda da biodiversidade.

Segundo ela, soluções baseadas na natureza podem responder por cerca de 30% das ações necessárias para enfrentar as mudanças climáticas, mas recebem entre 0,3% e 1% do financiamento climático global.

Astrid destacou ainda que mais da metade do Produto Interno Bruto mundial — cerca de US\$ 58 trilhões — depende diretamente dos serviços prestados pela natureza, tornando a perda de biodiversidade um dos principais riscos para a economia global.

Seguro, crédito e investimentos para o agronegócio

O painel dedicado ao agronegócio discutiu a integração entre seguros, crédito e investimentos como instrumentos para aumentar a resiliência do setor diante dos eventos climáticos extremos.

A diretora de Sustentabilidade da CNseg, Cláudia Prates, destacou que o agronegócio precisa ampliar sua produtividade ao mesmo tempo em que enfrenta secas, enchentes e ondas de calor cada vez mais frequentes.

Representando a Allianz Brasil, Maurício Masferrer afirmou que o seguro rural deixou de atuar apenas na indenização de perdas para incorporar ações de prevenção. "Hoje não falamos apenas em transferência de risco. Nosso trabalho começa muito antes, identificando, mensurando e ajudando a reduzir esses riscos." Segundo ele, a integração entre seguradoras, bancos e investidores permitirá ampliar soluções capazes de incentivar boas práticas ambientais.

Pela BB Asset Management, Daphne Breyer afirmou que a gestora já incorpora riscos climáticos em todo o seu portfólio e defendeu instrumentos que permitam financiar uma agricultura de baixo carbono sem comprometer a sustentabilidade econômica do produtor.

Também participaram do painel representantes da FinDev Canada e do AGRI3 Fund, que apresentaram experiências internacionais de financiamento agrícola utilizando garantias e instrumentos de mitigação de riscos.

EcolInvest amplia participação do capital privado

O programa EcolInvest Brasil foi apresentado como uma das principais iniciativas do governo brasileiro para ampliar investimentos privados em projetos sustentáveis.

Segundo o procurador-geral adjunto da Fazenda Nacional para Assuntos Tributários e Financeiros, Luiz Alcoforado, o programa já alcança uma alavancagem próxima de 1 para 6,5, permitindo que cada real investido pelo governo mobilize outros R\$ 6,50 do setor privado.

"O papel do governo não é substituir o setor privado, mas criar as condições para que ele invista."

Representando o Itaú BBA, João Adrien informou que o banco já destinou aproximadamente R\$ 20 bilhões às linhas do programa, incluindo R\$ 4 bilhões voltados à recuperação de áreas degradadas.

Seguro ganha protagonismo na estruturação dos projetos

O último painel reuniu representantes da BlackRock, BBVA, Guy Carpenter e Australian Sustainable Finance Institute (ASFI).

Matt Kaczmarek, da BlackRock, afirmou que investidores institucionais vêm ampliando sua participação no financiamento de infraestrutura em mercados emergentes.

Representando a Guy Carpenter Brasil, Pedro Farme d'Amoed resumiu o papel do setor segurador na agenda climática. "O seguro torna os projetos financiáveis."

Segundo ele, a modelagem adequada dos riscos climáticos aumenta a previsibilidade para investidores e amplia a capacidade de financiamento.

COP31 terá foco na implementação

O encerramento voltou-se para a COP31, que será realizada em Antália. Representantes da Austrália e da presidência turca defenderam que a próxima conferência concentre esforços na implementação dos compromissos assumidos nos últimos anos.

Entre as iniciativas anunciadas está o Bridge Mechanism, mecanismo destinado a conectar projetos governamentais a investidores por meio de instrumentos de compartilhamento de riscos.

Representando o mercado segurador turco, Burhan Kobal lembrou que os terremotos de 2023 provocaram perdas econômicas estimadas em US\$ 100 bilhões, das quais apenas cerca de US\$ 6 bilhões estavam seguradas, e defendeu a ampliação de parcerias público-privadas, seguros paramétricos e títulos de catástrofe.

A Turquia anunciou ainda a criação da Insurance House durante a COP31, espaço dedicado à aproximação entre seguradoras, investidores, bancos multilaterais e formuladores de políticas públicas.

Ao final do encontro, a avaliação predominante foi de que a agenda climática internacional entra em uma nova etapa. Mais do que estabelecer novas metas, o desafio passa a ser estruturar projetos, reduzir riscos e ampliar a mobilização de capital privado para acelerar a implementação das soluções necessárias à transição para uma economia resiliente e de baixo carbono.

COP30 quer transformar metas climáticas em projetos capazes de atrair US\$ 1,3 tri em financiamento

A principal missão da COP30 será transformar compromissos climáticos em projetos capazes de atrair investimentos em escala. A avaliação foi feita pela CEO da COP31, Ana Toni, durante sua participação como keynote speaker no Global Roundtable – Brazil Day, realizado na London Climate Action Week, na última quinta-feira, 25.

Segundo Ana Toni, o mundo já conseguiu mobilizar cerca de US\$ 200 bilhões para financiamento climático, mas o volume ainda está muito distante da meta prevista no chamado Roadmap Baku-Belém, construído a partir dos compromissos assumidos nas últimas conferências do clima. “O grande desafio agora é mobilizar o setor privado. Hoje, cerca de 78% dos recursos para financiamento climático ainda vêm do setor público. Não chegaremos a US\$ 1,3 trilhão sem uma participação muito maior do capital privado”, afirmou.

Para a executiva, a COP31 marca o início de uma nova fase da agenda climática global, focada menos em negociações e mais na implementação das soluções necessárias para cumprir os compromissos assumidos pelos países. “Entramos na década da implementação, que é uma responsabilidade compartilhada entre governos, setor privado, instituições financeiras, bancos multilaterais e sociedade civil”, destacou.



Traduzir a agenda climática para o mercado

Economista de formação e ambientalista por trajetória profissional, ela afirmou que um dos principais obstáculos é a dificuldade histórica de comunicação entre os setores ambiental e financeiro. “Por muitos anos, não conseguimos falar a mesma língua. O setor ambiental entende de clima; o setor financeiro, de finanças. Precisamos construir essa tradução para encontrar soluções comuns.”

Segundo ela, esse esforço passa por transformar as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e os planos nacionais de adaptação climática em oportunidades concretas de investimento.

O Brasil, por exemplo, apresentou uma NDC considerada uma das mais robustas do mundo, com metas ambiciosas de redução de emissões, sete planos setoriais de mitigação e 16 planos de adaptação. “O desafio agora é tornar esses planos investíveis para o setor privado. Precisamos criar produtos financeiros e pipelines de projetos que transformem essas metas em oportunidades concretas de investimento”, afirmou.

Seguros entre os instrumentos da transição

Ao abordar os mecanismos capazes de acelerar a mobilização de capital, Ana Toni destacou que diversas ferramentas já estão disponíveis e podem ganhar escala nos próximos anos. Entre elas, citou explicitamente os seguros, os mercados de carbono, as cadeias produtivas sustentáveis e os instrumentos de blended finance, que combinam recursos públicos e privados.

“Já temos muitos instrumentos disponíveis. Temos seguros, mercados de carbono e diferentes mecanismos financeiros. O desafio agora é entender como ampliá-los e levá-los à escala necessária”, disse.

A executiva também ressaltou os avanços recentes na regulamentação internacional dos mercados

de carbono, especialmente após a consolidação das regras dos Artigos 6.2 e 6.4 do Acordo de Paris.

Reduzir barreiras ao investimento

Outro tema central da apresentação foi a necessidade de enfrentar barreiras estruturais que ainda dificultam o fluxo de recursos para países em desenvolvimento. Entre elas, Ana Toni destacou o alto custo de capital, as dificuldades de acesso ao financiamento e a necessidade de tornar os recursos mais acessíveis aos países e setores que mais precisam investir em adaptação e descarbonização.

“Precisamos repensar as estruturas financeiras que utilizamos hoje. O custo de capital continua sendo uma das maiores barreiras para os países em desenvolvimento”, afirmou.

Ela lembrou que a agenda climática já deixou de ser um tema restrito à área ambiental e passou a integrar estratégias de desenvolvimento econômico, infraestrutura, agricultura e energia. “Não estamos falando apenas de descarbonização; estamos falando de crescimento verde e de desenvolvimento econômico.”

Ana Toni reforçou que a construção de uma economia resiliente e de baixo carbono dependerá da capacidade de governos e investidores trabalharem de forma coordenada. “Precisamos sair das nossas zonas de conforto, aprender a linguagem uns dos outros e construir soluções juntos. Somente assim conseguiremos mobilizar US\$ 1,3 trilhão para os países em desenvolvimento na próxima década.”

Setor financeiro defende maior integração para ampliar investimentos na transição climática

Evento organizado pela UNEP FI, CNseg, ANBIMA e Febraban reúne especialistas para debater inovação financeira e cooperação diante dos desafios climáticos globais

A ampliação do financiamento privado, aliada à coordenação entre governos, instituições financeiras e organismos multilaterais, foi apontada como condição indispensável para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono e cumprir as metas internacionais de enfrentamento às mudanças climáticas. A avaliação foi compartilhada por representantes da UNEP Finance Initiative (UNEP FI), da ANBIMA, da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) e da Febraban durante o evento *COP30 to COP31- Diálogos de Liderança: Escalando Finanças e Seguros para Impacto Global*, realizado em Londres, no âmbito das agendas da *London Climate Action Week*.



Dyogo Oliveira, presidente da CNseg

Para o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, é necessária uma atuação coordenada entre seguradoras, bancos, mercado de capitais e setor público para ampliar a capacidade de financiamento da transição climática e transformar boas ideias em projetos efetivamente financiáveis. Segundo ele, as mudanças climáticas já são uma realidade e exigirão, nas próximas décadas, um esforço contínuo para reduzir seus impactos e aumentar a resiliência da sociedade.

Dyogo destacou que o setor segurador ocupa uma posição estratégica nesse processo por atuar tanto na proteção dos riscos quanto no financiamento de investimentos de longo prazo. "Somos a testemunha viva e o bolso vivo dos impactos imediatos das mudanças climáticas", afirmou, ao lembrar que as seguradoras são as primeiras a absorver financeiramente os prejuízos provocados por eventos extremos.

O executivo ressaltou que o modelo tradicional de financiamento não será suficiente para atender ao volume de recursos necessário para a transição climática. Na sua avaliação, o desafio passa pela construção de um amplo portfólio de projetos financiáveis, capazes de atrair capital privado por meio da adequada identificação, precificação e gestão dos riscos ao longo de todo o ciclo de vida dos empreendimentos. Para isso, será necessário desenvolver novos instrumentos financeiros e fortalecer a integração entre o mercado segurador, o sistema financeiro e o mercado de capitais.

A necessidade de uma mudança estrutural também foi destacada pelo Líder de Clima da UNEP Finance Initiative (UNEP FI), braço de finanças da ONU, Remco Fischer. Segundo ele, o principal desafio global é multiplicar a capacidade de financiamento climático destinada aos países em desenvolvimento, elevando os atuais cerca de US\$ 200 bilhões anuais para US\$ 1,3 trilhão ao longo da próxima década, conforme estabelece o roteiro Baku-Belém. Para Fischer, esse salto não será alcançado por meio de ajustes incrementais, mas, sim, por uma transformação profunda na forma como bancos, seguradoras e investidores direcionam seus recursos.



Líder de Clima da UNEP Finance Initiative (UNEP FI), Remco Fischer

O representante da UNEP FI afirmou que o financiamento público continuará desempenhando papel essencial, especialmente para atender comunidades vulneráveis e remover barreiras estruturais que limitam a atuação do capital privado. No entanto, defendeu que o setor financeiro passe a incorporar os objetivos do Acordo de Paris em todas as suas decisões de crédito, seguros e investimentos. Também destacou o trabalho desenvolvido pela UNEP FI em conjunto com instituições financeiras públicas e privadas para criar uma visão comum sobre o que caracteriza um financiamento climático verdadeiramente transformador.

Representando a ANBIMA, o vice-presidente e coordenador de Sustentabilidade, Cacá Takahashi, afirmou que o mercado de capitais brasileiro tem papel decisivo na mobilização dos recursos necessários para financiar infraestrutura sustentável, inovação e projetos alinhados aos compromissos climáticos. Segundo ele, o Brasil vem fortalecendo seu ambiente regulatório, ampliando o mercado de títulos sustentáveis e aprimorando padrões de transparência e governança, fatores que aumentam a confiança dos investidores e favorecem a expansão das finanças sustentáveis.



Vice-presidente e coordenador de Sustentabilidade da ANBIMA, Cacá Takahashi

Takahashi ressaltou que iniciativas como o Plano de Transformação Ecológica criam condições para aproximar governo, reguladores e setor privado em torno de uma estratégia comum. Para ele, o desafio agora é ampliar a escala dos instrumentos financeiros disponíveis e aprofundar a cooperação entre instituições para acelerar investimentos em saneamento, logística, infraestrutura, agricultura sustentável e redução das emissões de carbono.

O presidente-executivo da Febraban, Isaac Sidney, reforçou que a agenda climática deixou de ser exclusivamente ambiental para se tornar também uma questão econômica, estratégica e de estabilidade financeira. Segundo ele, eventos climáticos extremos afetam diretamente empresas, famílias, cadeias produtivas e mercados, tornando indispensável que o sistema financeiro incorpore definitivamente os riscos climáticos à gestão de crédito, investimentos e governança.

Isaac destacou quatro prioridades para o avanço dessa agenda: o fortalecimento da gestão dos riscos climáticos, a consolidação de uma taxonomia sustentável, a implementação de um mercado de carbono íntegro e transparente e o combate ao desmatamento por meio da incorporação de critérios de sustentabilidade nas decisões de financiamento. Para o dirigente da Febraban, essas iniciativas dependerão de políticas públicas consistentes, segurança jurídica e cooperação internacional.



Presidente-executivo da Febraban, Isaac Sidney

Ao longo do painel, os participantes convergiram na avaliação de que o período entre a COP30, realizada em Belém, e a COP31, que ocorrerá na Turquia, representa uma oportunidade para transformar os compromissos assumidos nas negociações internacionais em mecanismos concretos de financiamento. O consenso foi de que a transição climática somente ganhará a escala necessária se governos, seguradoras, bancos, investidores, organismos multilaterais e o mercado de capitais atuarem de forma integrada para ampliar o fluxo de recursos destinados à economia de baixo carbono e à adaptação climática.

A semana no 'Notícias do Seguro': parcerias público-privadas, combate às fraudes e riscos climáticos em destaque



? Experiências internacionais reforçam importância das parcerias público-privadas na gestão de catástrofes

A experiência de países como Reino Unido, França e Espanha mostra que a gestão dos riscos climáticos depende da atuação conjunta entre governos e iniciativa privada.

O tema foi debatido durante encontro sobre modelos internacionais de proteção contra eventos extremos, que apresentou iniciativas voltadas à ampliação da cobertura securitária para desastres naturais.

Um dos exemplos foi o **Flood Re**, programa criado no Reino Unido para ampliar a cobertura contra alagamentos por meio de uma estrutura baseada em parceria público-privada.

Apesar dos resultados positivos, o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, ressaltou que o modelo britânico não pode ser simplesmente reproduzido no Brasil.

"Esse é um modelo que funciona bem para o caso do Reino Unido. Provavelmente não é um modelo que possa ser replicado exatamente igual no Brasil porque nós partimos de uma base que tem menos de 20% de casas com seguro. Nós vamos precisar de um modelo adaptado à realidade brasileira. Mas o que fica de lição importante dessa apresentação é a importância da parceria público-privado."

Segundo Dyogo, a principal lição das experiências internacionais é que a ampliação da proteção contra riscos climáticos passa pela cooperação entre o setor público e o privado, respeitando as características de cada país.

? Conexão Brasília: Lei Seca completa 18 anos e reforça cultura de prevenção

A Lei Seca completou 18 anos como uma das principais políticas públicas de segurança viária do país.

Durante seminário realizado na Câmara dos Deputados, a superintendente de Relações Institucionais da CNseg, Marianah Villela, destacou o papel do setor segurador na construção de uma cultura de prevenção no trânsito.

"O setor segurador protege hoje quase 22 milhões de veículos no país, tendo pago 35 bilhões em indenizações só em 2025. Isso representa mais de 500 mil casos de sinistro no último ano. (...) Por trás de cada uma dessas apólices existe um compromisso direto do setor segurador com a

segurança viária. Quanto mais seguras forem as nossas estradas, menor a dor das famílias e mais sustentável se torna a proteção que o seguro se propõe a oferecer."

O deputado Hugo Leal, autor da Lei Seca, também ressaltou que o principal legado da legislação foi a mudança de comportamento da sociedade.

"O avanço principal é da própria sociedade, que aprendeu com as operações policiais, com as operações de trânsito, com a conscientização, e a gente vai evoluindo."

? Você sabia? Seguro Educacional ajuda a proteger a continuidade dos estudos

O número de brasileiros com ensino superior continua crescendo e já ultrapassa 21% da população, segundo dados do IBGE. Ao mesmo tempo, mais de 8 milhões de estudantes frequentam instituições privadas de ensino.

Nesse cenário, o Seguro Educacional pode ser uma alternativa para garantir a continuidade dos estudos diante de situações como morte, invalidez ou diagnóstico de doenças graves do responsável financeiro.

As coberturas podem ser adaptadas às necessidades de cada contrato, oferecendo maior segurança para estudantes e famílias.

?? Servidor público é condenado por fraude contra seguradoras

A Justiça condenou um servidor público do município de Amélia Rodrigues, no Recôncavo Baiano, por fraude contra seguradoras.

Segundo a sentença, ele contratou quatro seguros antes de amputar o próprio pé com o objetivo de receber aproximadamente **R\$ 1,5 milhão** em indenizações.

A decisão destacou a sequência das contratações, os valores incompatíveis com sua condição financeira e a proximidade entre a contratação das apólices e a mutilação.

O servidor foi condenado a dois anos de prisão, pena convertida em 720 horas de prestação de serviços à comunidade, além do pagamento de multa.

?? Tá na rede! "Super El Niño" viraliza e reforça importância da prevenção

Publicações sobre um possível **Super El Niño** dominaram as redes sociais, impulsionando debates sobre enchentes, secas e outros eventos climáticos extremos.

Embora especialistas alertem contra o alarmismo, a previsão indica possibilidade de chuvas intensas na Região Sul, secas mais severas no Norte e Nordeste e ondas de calor no Centro-Oeste e Sudeste.

O tema também reforçou a importância da gestão de riscos.

Para quem já possui Seguro Residencial ou Seguro Auto, a recomendação é revisar as coberturas para enchentes, alagamentos e inundações.

Quem ainda não possui proteção pode procurar um corretor para avaliar as coberturas mais adequadas às características da região onde mora.

A CNseg também disponibiliza uma Ferramenta de Riscos Climáticos que auxilia cidadãos, empresas e gestores públicos na identificação dos principais riscos ambientais em diferentes localidades.

Fonte: CNseg, em 26.06.2026